

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA EM GARANTIA REAL COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ÁGUAS GUARIROBA S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

ÁGUAS GUARIROBA S.A., sociedade anônima fechada, constituída sob as leis brasileiras, com sede na Rua Antônio Maria Coelho, 5401, Santa Fé, na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.089.570/0001-50, neste ato devidamente representada por seus representantes legais ("Emissora"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade constituída sob as leis brasileiras, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário").

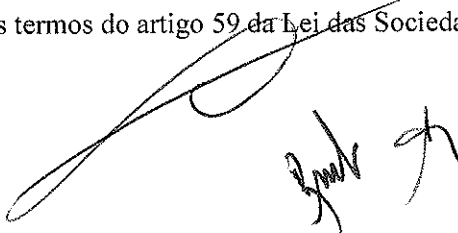
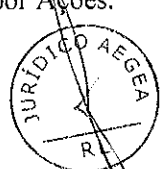
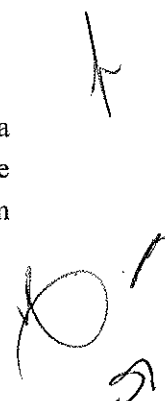
E, ainda, na qualidade de interveniente garantidora,

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade, sem registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, constituída sob as leis brasileiras, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1744, 8º andar, sala 1, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.827.501/0001-58, neste ato devidamente representada por seus representantes legais ("Interveniente Garantidora").

Celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser convolada em Garantia Real com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas Guariroba S.A." ("Escritura", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos e condições abaixo.

Cláusula 1. AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 10 de dezembro de 2012 ("AGE") e da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 10 de dezembro de 2012 ("RCA"), nas quais foram deliberadas as condições da Emissão, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.



|As Garantias Reais (conforme definido abaixo) a serem prestadas pela Emissora foram devidamente autorizadas na RCA.

|A Fiança (conforme definida abaixo) prestada pela Interveniente Garantidora foi autorizada em Assembleia Geral Extraordinária da Interveniente Garantidora ("AGE Interveniente Garantidora") e em Reunião do Conselho de Administradora da Interveniente Garantidora ("RCA Interveniente Garantidora") realizadas em 10 de dezembro de 2012, as quais deverão ser registradas na Junta Comercial de São Paulo/SP ("JUCESP") em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da Data de Emissão (conforme definido abaixo).

|As Garantias Reais a serem prestadas pela Interveniente Garantidora foram autorizadas em AGE Interveniente Garantidora e RCA Interveniente Garantidora realizadas em 10 de dezembro de 2012 a deverão ser registradas na JUCESP até a data prevista na Cláusula 4.10.2 abaixo.

Cláusula 2. DOS REQUISITOS

|A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação das Deliberações

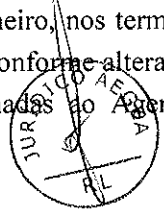
2.1.1.1 As atas da AGE e da RCA serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul ("JUCEMS") e serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul e no Correio do Estado, nos termos do artigo 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2 As atas da AGE Interveniente Garantidora e RCA Interveniente Garantidora serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e Diário Comercial, nos termos do artigo 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.3 Inscrição e Registro da Escritura

2.1.1.4 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCEMS, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.5 Em virtude da Fiança de que trata a Cláusula 4.9 abaixo, a presente Escritura será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de (i) São Paulo, no Estado de São Paulo, (ii) Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul e (iii) Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, nos termos dos artigos 128 e 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada ("Lei dos Registros Públicos") e da Cláusula 4.9.12 e encaminhadas ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis do efetivo registro.





- 1697203

MICROFILME

- 3 -

2.1.2 Dispensa do Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

2.1.2.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.3 Dispensa do Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.3.1 A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição e por não haver prospecto, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA").

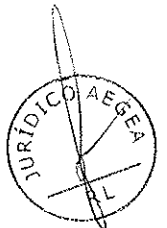
2.1.4 Registro dos Contratos de Garantia

2.1.4.1 As Garantias Reais (conforme definido abaixo) deverão ser registradas nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme deverá ser disposto nos instrumentos que os formalizarão ("Contratos de Garantia"), nos termos da Lei dos Registros Públicos, nos prazos estabelecidos na Cláusula 4.10.2, devendo as respectivas comprovações serem entregues ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a obtenção dos registros.

Cláusula 3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto social: (a) operação e gerenciamento de atividades objeto da concessão do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário outorgada, em caráter de exclusividade, pelo município de Campo Grande, designadamente para fins de captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, bem como coleta, tratamento, deposição ou eliminação de esgotos sanitários e/ou resíduos sólidos, bem como sua reciclagem; (b) projeto de construção de sistemas de captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, bem como coleta, tratamento, deposição, ou eliminação de esgotos sanitários e /ou resíduos sólidos, bem como sua reciclagem; (c) fabricação, instalação, supervisão, e montagem de equipamentos relacionados com sua atividade fim; (d) compra, venda e produção de materiais relacionados com sua atividade fim; (e) operações de importação e exportação relacionadas com os objetivos sociais; (f) prestação de serviços de assistência técnica nas áreas de atividade da sociedade; e (g) participação em outras sociedades dedicadas à



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



sua área de atividade, comerciais ou civis, nacionais e/ou estrangeiras, na qualidade de acionista ou quotista.

Número da Emissão

3.2.1 A presente Emissão é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 130 (cento e trinta) Debêntures.

Banco Mandatário e Agente Escriturador

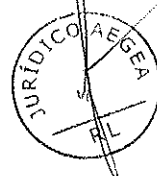
3.6.1 O banco mandatário da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 e o agente escriturador da presente Emissão será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64. ("Banco Mandatário" e "Agente Escriturador", respectivamente).

Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados pela Emissora ao refinanciamento de dívidas, reserva de liquidez e pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1 As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e (ii) para negociação em mercado secundário no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e a custódia eletrônica das Debêntures realizadas na CETIP.





3.8.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. Somente investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), e observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476, poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

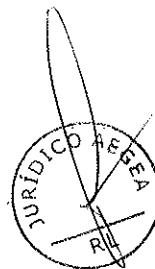
3.8.2.1 Conforme definidos pela Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados:

(i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (em conjunto, "Investidores Qualificados").

3.8.2.2 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Emissão: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da Cláusula 3.8.2.1 acima deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

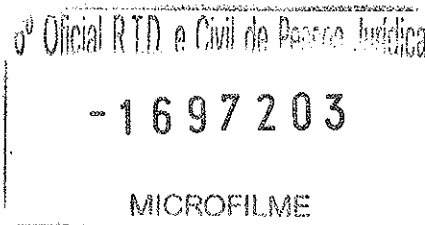
Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme, com intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Instituição Intermediária Líder") e da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição Intermediária" e, em conjunto com a Instituição Intermediária Líder, as "Instituições Intermediárias"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, de acordo com os termos e condições do "Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser convolada em Garantia Real com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da 1ª Emissão da Águas Guariroba S.A." ("Contrato de Colocação").



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.





- 3.9.2 Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelas Instituições Intermediárias; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.
- 3.9.3 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e de que (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.
- 3.9.4 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelas Instituições Intermediárias aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.
- 3.9.5 Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

|Autorização para alteração da espécie (convolação) das debêntures

- 3.10.1 Fica desde já aprovada a realização do “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série única, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com garantias adicionais real e fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Águas Guariroba S.A.” (“Primeiro Aditamento”), de forma a alterar a espécie das Debêntures para com garantia real, na forma do Anexo I a esta Escritura, o qual foi aprovado na AGE e RCA, razão pela qual fica, desde já, estabelecido que não será necessária a realização de assembleia geral de acionistas da Emissora, assembleia geral de acionistas da Interviente Garantidora, ou Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação do referido Aditamento
- 3.10.2 O Primeiro Aditamento referido na Cláusula 3.10.1 acima será celebrado tão logo sejam constituídas das Garantias Reais.

Cláusula 4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

|Características Básicas

- 4.1.1 Valor Nominal Unitário





4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

4.1.2 Data de Emissão

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 17 de dezembro de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.3 Prazo e Data de Vencimento

4.1.3.1 O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 17 de dezembro de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo e de resgate antecipado, nos termos das Cláusulas 4.4.2.7 e 5.2. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura e dos Encargos Moratórios, se for o caso.

4.1.4 Forma e Emissão de Certificados

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares e certificados.

4.1.5 Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, extrato em nome do Debenturista, expedido pela CETIP, quando as debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

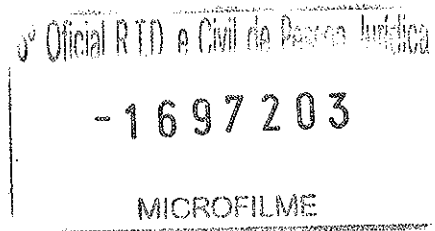
4.1.6 Espécie

4.1.6.1 As Debêntures serão da espécie quirografária a serem convoladas em garantia real, com garantias adicionais real e fidejussória.

4.1.7 Conversibilidade

4.1.7.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.





Subscrição, Integralização e Forma de Pagamento

4.2.1 Prazo de Subscrição e Integralização

- 4.2.1.1 A integralização das Debêntures será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data da Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, de acordo com as normas de liquidação previstas pela CETIP.

Direito de Preferência

- 4.3.1 Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.

Remuneração

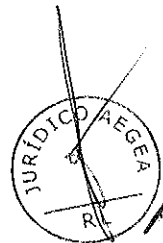
4.4.1 Atualização monetária

- 4.4.1.1 As Debêntures não estão sujeitas a qualquer atualização monetária.

4.4.2 Juros Remuneratórios

- 4.4.2.1 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo” (“Taxas DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescidas de uma sobretaxa de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de cada Debênture, desde a Data de Emissão, ou data do pagamento de juros imediatamente anterior, e paga ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), nos termos da Cláusula 4.4.2.2 abaixo (“Juros Remuneratórios”). Todas as debêntures desta Emissão deverão ser subscritas e integralizadas em uma única data.

- 4.4.2.2 Os Juros Remuneratórios serão pagos trimestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 17 dos meses de março, junho, setembro e dezembro, sendo o primeiro pagamento em 17 de março de 2013 e o último na Data de Vencimento, , conforme tabela a seguir (cada um, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”).





Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios	
17 de março de 2013	17 de setembro de 2016
17 de junho de 2013	17 de dezembro de 2016
17 de setembro de 2013	17 de março de 2017
17 de dezembro de 2013	17 de junho de 2017
17 de março de 2014	17 de setembro de 2017
17 de junho de 2014	17 de dezembro de 2017
17 de setembro de 2014	17 de março de 2018
17 de dezembro de 2014	17 de junho de 2018
17 de março de 2015	17 de setembro de 2018
17 de junho de 2015	17 de dezembro de 2018
17 de setembro de 2015	17 de março de 2019
17 de dezembro de 2015	17 de junho de 2019
17 de março de 2016	17 de setembro de 2019
17 de junho de 2016	17 de dezembro de 2019

4.4.2.3 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

Onde:

“J” Valor dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator de Juros” Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

Onde:

“Fator DI” Produtório das Taxas DI-Over_k, da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo dos Juros Remuneratórios (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$



[Handwritten signatures and marks]



Onde:

“n” Número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do “Fator DI” em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

“K” Número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

“TDI_k” Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

“DI_k” Taxa DI-Over de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

“FatorSpread” sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DUP}}{252}} \right] \right\}$$

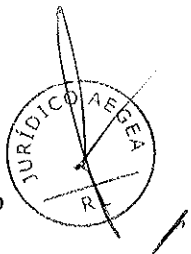
Onde:

“spread” 2,5000;

“DUP” Número de Dias Úteis entre a Data de Emissão das Debêntures ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DUP” um número inteiro.

Observações:

(i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;







(ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

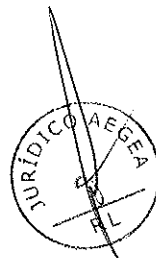
(v) O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e

(vi) O período de capitalização dos Juros Remuneratórios ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive) e termina na primeira Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (exclusive) e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (inclusive) e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (exclusive) subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

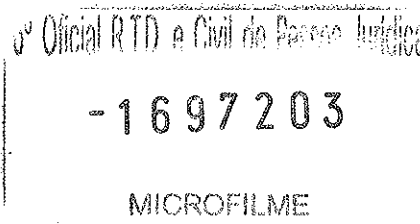
4.4.2.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.4.2.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).

4.4.2.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o







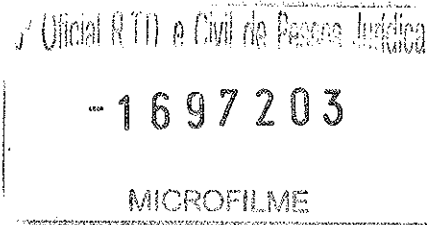
cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.4.2.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 78% (setenta e oito por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e dos Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo), se for o caso, e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento ou capitalização dos Juros Remuneratórios, conforme o caso. Nesta hipótese, para o cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
- (ii) a Emissora estabelecerá cronograma de amortização das Debêntures, o qual não excederá o prazo médio remanescente das Debêntures e a Data de Vencimento. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada taxa de remuneração definida pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta da Taxa DI seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.4.2.8 A Interveniente Garantidora desde já concorda com o disposto nas Cláusulas 4.4.2.4 a 4.4.2.7 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), mantendo-se as garantias válidas e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora,





de tal obrigação. A Interveniente Garantidora desde já concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

Repactuação

4.5.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

Amortização

4.6.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado anualmente, devendo ser observado o prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses para início da amortização, salvo possibilidade de aquisição antecipada facultativa e resgate antecipado, conforme definidos nas Cláusulas 5.1 e 5.2 desta Escritura, conforme tabela abaixo.

Datas de amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
17/12/2014	16,66%
17/12/2015	16,66%
17/12/2016	16,67%
17/12/2017	16,67%
17/12/2018	16,67%
17/12/2019	16,67%

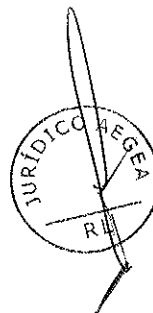
Condições de Pagamento

4.7.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

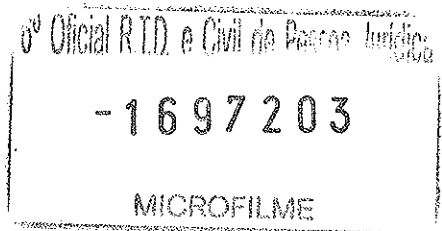
4.7.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND, por meio do Banco Mandatário.

4.7.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.7.1.2.1 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária nos termos da Cláusula







4.7.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário ou pela Emissora.

4.7.1.2.2 Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.7.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

4.7.2 Prorrogação dos Prazos

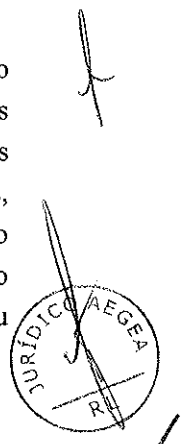
4.7.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.7.3 Encargos Moratórios

4.7.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, independente de notificação judicial ou extrajudicial, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

4.7.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.7.4.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado



[Handwritten signatures and marks]





publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou até as datas de amortização definidas na Cláusula 4.6.1 desta Escritura.

Publicidade

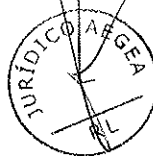
4.8.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial dos Estados do Mato Grosso do Sul e no Correio do Estado, usualmente utilizado pela Emissora para suas publicações legais, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

Garantia Fidejussória

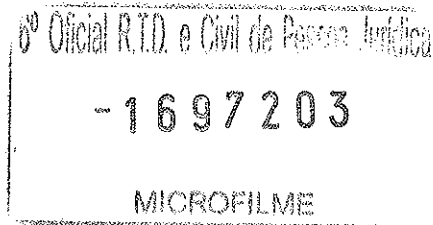
4.9.1 Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, a Interveniente Garantidora prestará fiança (“Fiança”) em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a qual deverá ser perfeitamente constituída em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da Data de Emissão, nos termos do item 1.3. acima, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, dos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.

4.9.2 A Interveniente Garantidora desde já declara que será, após a perfeita constituição da Fiança,, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável, do Valor Garantido (conforme definido abaixo) pela Emissora oriundo das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

4.9.3 O Valor Garantido inclui: (i) o saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas judiciais, despesas associadas à execução das garantias atreladas às Debêntures, despesas com assessor legal, despesas com Agente Fiduciário, Banco Mandatário e verbas indenizatórias, desde que imediatamente exigíveis e devidamente comprovadas, quando houver (“Valor Garantido”). Todo e qualquer pagamento realizado pela Interveniente Garantidora em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de







qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.

4.9.4 O Valor Garantido será pago pela Interviente Garantidora em até 2 (dois) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas à Interviente Garantidora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.9.5 Fica facultado à Interviente Garantidora efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pela Interviente Garantidora.

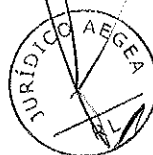
4.9.6 A Interviente Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigo 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").

4.9.7 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Interviente Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.9.8 A Interviente Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto desta Cláusula 4.9, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Interviente Garantidora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

4.9.9 A Fiança deverá permanecer válida em todos os seus termos desde a sua constituição até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura.

4.9.10A Interviente Garantidora declara e garante que (i) a prestação desta Fiança será devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes no prazo



[Handwritten signatures and initials]



estabelecido no item 1.3 acima; (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta Fiança serão obtidas e se manterão em pleno vigor; e (iii) o prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, será a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.9.10.1 Os atos societários que formalizam a autorização mencionada na Cláusula 4.9.10 acima deverão ser registrados na JUCESP dentro do prazo previsto na Cláusula 1.3 acima.

4.9.11 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e a Interviente Garantidora.

4.9.12 Fica desde já certo e ajustado que o inadimplemento de obrigação pela Emissora, no prazo de cura estipulado nesta Escritura, não configura em nenhuma hipótese, inadimplemento pela Interviente Garantidora das obrigações por ela assumidas nos termos da Escritura.

4.9.13 Em virtude da Fiança a ser prestada pela Interviente Garantidora, a presente Escritura deverá ser registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de (i) São Paulo, no Estado de São Paulo, (ii) Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e (iii) Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

|Garantias Reais

4.10.1 Para assegurar o integral cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas pela Emissora em decorrência da Emissão, com o pagamento do Valor Garantido, serão concedidas as seguintes garantias reais em favor dos titulares das Debêntures ("Garantias Reais"), representados pelo Agente Fiduciário:

- (i) penhor de ações da Emissora, detidas pela Interviente Garantidora, equivalentes a 40,00% (quarenta por cento), do capital social total da Emissora, percentual este que deverá ser reduzido gradativamente nos termos da tabela abaixo, nos termos do Contrato de Penhor de Ações, a ser celebrado entre a Emissora, a Interviente Garantidora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Penhor de Ações"); e

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: JURÍDICO AFEA]

[Handwritten initials: 97, 97]

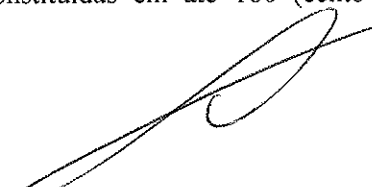
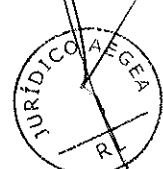
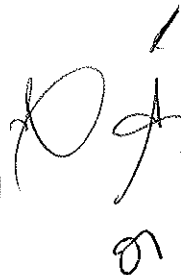



Período	Percentual de ações empenhadas
Da Data de Emissão até a primeira amortização	40%
Entre a primeira a segunda amortização	40%
Entre a segunda a terceira amortização	30%
Entre a terceira a quarta amortização	30%
Entre a quarta a quinta amortização	20%
Entre a quinta amortização até a Data de Vencimento	20%

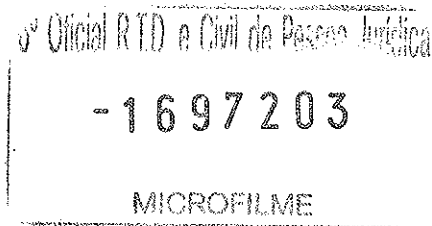
- (ii) cessão fiduciária de 40% (quarenta por cento) dos direitos creditórios de titularidade da Emissora advindos do Contrato de Concessão n. 104, datado de 18 de outubro de 2000, celebrado entre Prefeitura Municipal do Campo Grande – MS e a Emissora, cujo objeto é a exploração de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área territorial do Município de Campo Grande, devendo referido percentual correspondente a cessão ser reduzido gradativamente nos termos da tabela abaixo nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Caixa Econômica Federal (“CEF”), na qualidade de banco centralizador (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”).

Período	Percentual cedido fiduciariamente
Da Data de Emissão até a primeira amortização	40%
Entre a primeira a segunda amortização	34%
Entre a segunda a terceira amortização	28%
Entre a terceira a quarta amortização	22%
Entre a quarta a quinta amortização	16%
Entre a quinta amortização até a Data de Vencimento	10%

4.10.2 As Garantias Reais deverão ser constituídas em até 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Emissão.





Cláusula 5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

|Aquisição Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, respeitando o prazo mínimo da Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em circulação no mercado, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima.

|Resgate Antecipado Facultativo

5.2.1 A qualquer momento, as Debêntures poderão ser parcial ou totalmente resgatadas, a critério da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas com 10 (dez) dias úteis de antecedência, informando a data de realização do resgate, bem como qualquer outra informação relevante ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas.

5.2.2 O valor de resgate devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado, sem qualquer pagamento de prêmio, calculado *pro rata tempore* desde a data do último pagamento de Juros Remuneratórios ou da Data de Emissão caso não tenha ocorrido nenhum pagamento de Juros Remuneratório, até a data do efetivo resgate.

5.2.3 Na hipótese de resgate antecipado parcial, este deverá ocorrer por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sem qualquer pagamento de prêmio, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

A large, stylized handwritten signature in black ink, located at the bottom left of the page.

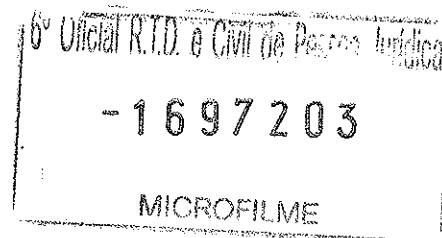


Handwritten initials and marks, including a large "X" and some scribbles, located at the bottom right of the page.



2.º OFICINA DE DEBENTUR DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E OUTROS DE INTERESSE PÚBLICO

TEL. 3107-9931 / FAX 3108-3142



5.2.4 A Emissora deverá comunicar à CETIP através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário da realização do resgate antecipado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

Vencimento Antecipado

5.3.1 Hipóteses de vencimento antecipado

5.3.1.1 O Agente Fiduciário, agindo no interesse dos Debenturistas, deverá, observado o disposto na Cláusula 8.8 abaixo, automaticamente ou por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão, ou data do pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 1 (um) dia útil contado de seu vencimento;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária descrita nesta Escritura e nos Contratos de Garantia, não sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis da comunicação devidamente formalizada por escrito do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura;
- (iii) na hipótese de as Garantias Reais ou da Fiança não serem devidamente efetivadas ou formalizadas pela Emissora, ou pela Interviente Garantidora, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias e 45 (quarenta e cinco) dias, respectivamente, contados da Data de Emissão, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis;
- (iv) na hipótese de as Garantias Reais, por qualquer fato atinente ao seu objeto, se tornarem inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura ou na hipótese de a Interviente Garantidora ou a Emissora questionarem judicialmente qualquer dos termos dos Contratos de Garantia;
- (v) na hipótese de a Emissora deixar de reforçar as garantias nos termos dos Contratos de Garantia, dentro do prazo estabelecido para tal fim nos respectivos Contratos de Garantia, a partir da comunicação por escrito que lhe fizer o Agente Fiduciário;



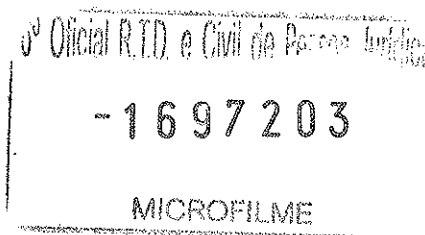




- (vi) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nos documentos relacionados à Emissão, desde que não remediadas dentro de 10 (dez) dias úteis contados de notificação do Agente Fiduciário à Emissora solicitando a correção da declaração ou garantia que se verificou incorreta ou enganosa;
- (vii) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora e/ou por qualquer de seus controladores diretos ou indiretos;
- (viii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer de seus controladores diretos ou indiretos;
- (ix) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (x) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) não cumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou a Interviente Garantidora;
- (xii) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora ou a Interviente Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), reajustado desde a Data de Emissão das Debêntures pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (“IPCA”);
- (xiii) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora ou a Interviente Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), reajustado desde a Data de Emissão das Debêntures pelo IPCA;
- (xiv) protesto de títulos contra a Emissora e/ou Interviente Garantidora em valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora ou a Interviente Garantidora seja responsável, reajustado desde a Data da Emissão das Debêntures pelo IPCA, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado; ou ainda, (ii) forem prestadas garantias em juízo;







(xv) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou pela Interveniente Garantidora, das obrigações assumidas nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia, exceto se previamente aprovada pelo quorum de pelo menos 78% (setenta e oito por cento) dos Debenturistas reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim, excetuada a constituição de penhor em segundo grau das ações desta Emissora para outros credores, e desde que em relação às Debêntures a garantia seja conservada conforme o respectivo contrato de garantia;

(xvi) descumprimento dos seguintes índices financeiros, auferidos em bases anuais a partir das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de cada ano:

(i) Dívida Líquida / EBITDA inferior a 3,0 x; e

(ii) ICSD superior a 1,3 x.

Onde:

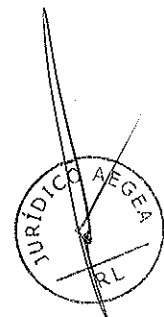
"Dívida Financeira Líquida" significa a Dívida Total menos o saldo em caixa e o saldo de aplicações financeiras;

"Dívida Total": significa, com relação à Emissora, a somatória de (I) todos os endividamentos da Emissora no que diz respeito a empréstimos de qualquer instituição financeira, incluindo, sem limitação, obrigações relativas a cartas de crédito; (II) todas as obrigações da Emissora representadas por debêntures, notas promissórias ou outros títulos e/ou valores mobiliários similares; (III) todas as obrigações da Emissora, na sua condição de arrendatária em contratos de leasing, em conformidade com os termos dos contratos de leasing registrados como leasing de bens do imobilizado, conforme aplicável; (IV) dívidas líquidas do saldo a receber e do saldo a pagar decorrentes de derivativos, incluindo contratos de hedge e/ou quaisquer outros contratos de derivativos;

"EBITDA": significa, para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora, acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito de concessão; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses;

"Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)": calculado da seguinte forma:

$$\text{ICSD} = \frac{[(+) \text{ EBITDA} (-) \text{ Impostos Pagos} (-) \text{ Investimentos} (+) \text{ Empréstimos} (+) \text{ Aporte} (+/-) \text{ Variação de Capital de Giro} (+) \text{ Caixa Acumulado}]}{[(+) \text{ Amortização da Principal} (+) \text{ Pagamento de Juros}]}$$





Sendo:

- EBTIDA = Conforme definição acima;

- Impostos Pagos = desembolsos referentes aos pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social;

- Variação do Capital de Giro = (Necessidade de Capital de Giro no período "t") menos (Necessidade de Capital de Giro no período "t-1"), onde:

* Necessidade de Capital de Giro no período =

(+) Ativo Circulante menos Disponibilidade

(-) Passivo Circulante menos Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo.

* "t" corresponde ao período de janeiro a dezembro do ano de apuração do ICSD;

* "t-1" corresponde ao período de janeiro a dezembro do ano imediatamente anterior ao de apuração do ICSD.

- Caixa Acumulado: somatória dos caixas excedentes em cada período. O caixa excedente é o caixa que resulta de: Entradas de caixa no Projeto (-) Obrigações do Projeto.

- Projeto: valores dos investimentos que objetivam ampliar os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, redução e controle de perdas e desenvolver ações nos sistemas existentes, sendo seus valores compostos conforme apuração da CEF e validado por auditoria externa.

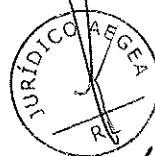
(xvii) alteração no controle acionário indireto da Emissora, assim entendido como 50% (cinquenta por cento) mais um de ações do capital social da Emissora. Para fins de esclarecimento, são consideradas controladoras indiretas as sociedades LIV Participações e Empreendimentos Ltda. e Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda. e/ou os respectivos sócios quotistas das mesmas, assim entendidos como as pessoas físicas pertencentes às famílias Vettorazzo e Toledo, respectivamente;

(xviii) ocorrência de incorporação da Emissora por quaisquer terceiros, e/ou realização pela Emissora, de fusão, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora; e

(xix) caducidade da concessão outorgada por meio do Contrato de Concessão n. 104, datado de 18 de outubro de 2000, celebrado entre Prefeitura Municipal do Campo Grande - MS e a Emissora, conforme aditado de tempos em tempos, cujo objeto é a exploração de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário na área territorial do Município de Campo Grande; e

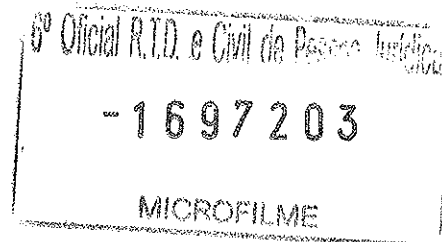
(xx) demais casos previstos em lei.

5.3.1.2 Caso ocorram quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens (i), (iv), (vii), (viii), (ix), (x), (xiii), (xv) e (xix) acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

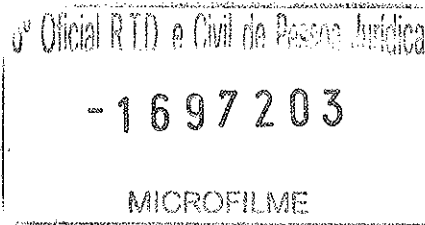




obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido em até 2 (dois) dias úteis.

- 5.3.1.3 Na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento previstos no item 5.3.1.1 acima, mas não mencionados no parágrafo anterior, o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8ª desta Escritura. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia, por deliberação de Debenturistas representantes de, no mínimo, 78% (setenta e oito por cento) das Debêntures em circulação
- 5.3.1.4 Adicionalmente ao disposto no item 5.3.1.3 acima, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quorum, após a realização da primeira convocação e da segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, devendo enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento, aplicando-se o disposto no item 5.3.2 abaixo.
- 5.3.2 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora e à Interviente Garantidora, com cópia à CETIP e ao Banco Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora ou a Interviente Garantidora efetue o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis, desde a Data de Emissão, ou data do pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.
- 5.3.3 A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência do pagamento referido no item 5.3.2 acima.
- 5.3.4 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.2 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.7.3 acima.

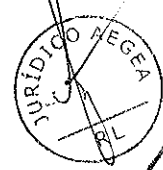




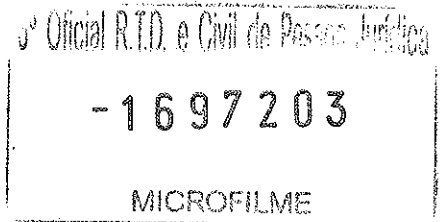
Cláusula 6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

A Emissora, adicionalmente, se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e dos índices financeiros. Fica desde já acordado que os índices financeiros serão acompanhados anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas Demonstrações Financeiras auditadas dos últimos 12 (doze) meses contados da data-base da apuração dos índices financeiros em questão. Esses índices financeiros devidamente auditados pelo auditor independente contratado pela Emissora deverão ser disponibilizados pela Emissora ao Agente Fiduciário, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais índices financeiros, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, e de declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto, atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Escritura, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou ao auditor independente esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
 - (b) dentro de 30 (trinta) dias úteis após sua realização, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas e fatos relevantes, se houver;
 - (c) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor individual ou agregado equivalente a, no mínimo, R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da referida correspondência;
 - (d) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.3.1.1 acima em até dois (2) dias úteis após a sua ocorrência; e
 - (e) todos os demais documentos e informações que a Emissora deva apresentar e/ou prestar, nos termos e condições previstos nesta Escritura e nos demais documentos da Emissão.
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações





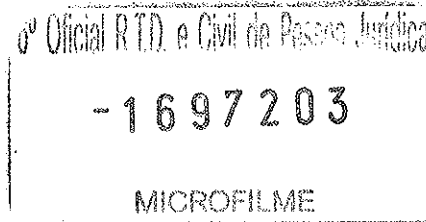


financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;

(iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:

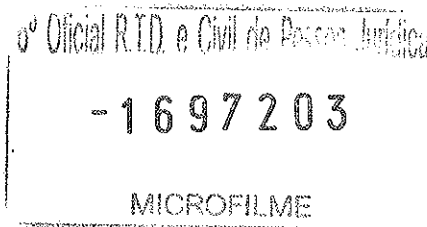
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até um dia útil o Agente Fiduciário; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (iv) prestar informações, dentro do prazo de 10 (dez) dias, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras, em relação à Emissora, de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (v) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009;





- (vi) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vii) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8ª desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (viii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (ix) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (x) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xi) notificar, em até um dia útil, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta Escritura;
- (xii) não pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco inteiros por cento) quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolver um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito à Emissão;
- (xiii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xiv) efetuar recolhimentos de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xv) manter sempre válidas e em vigor (ou solicitar aos devidos órgãos competentes) as licenças e autorizações que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xvi) cumprir com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, inclusive no que tange a destinação dos recursos;
- (xvii) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;

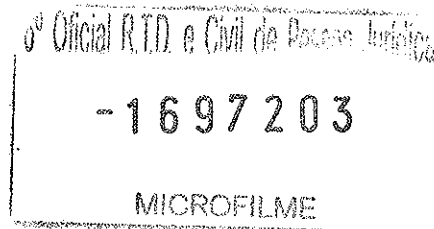




- (xviii) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social da Emissora e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (xix) comparecer nas Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado;
- (xx) salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativo;
- (xxi) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura e nos demais documentos da Emissão, sem a previa anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas devidamente convocada para esse fim;
- (xxii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xxiii) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário; e
- (xxiv) cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor.

A Interviente Garantidora se obriga a fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:





- (i) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhada de parecer dos auditores independentes;
- (ii) informações sobre quaisquer descumprimentos da Interviente Garantidora, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento; e
- (iii) quaisquer informações que o Agente Fiduciário solicitar, por escrito e desde que sempre necessárias ao cumprimento, por parte da Interviente Garantidora das suas obrigações nesta Escritura, no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário.

Cláusula 7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A Emissora constitui e nomeia a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora (“Agente Fiduciário”), com o objetivo de cumprir os deveres estabelecidos nesta Escritura, na legislação e nos Contratos de Garantia.

7.1.1 O Agente Fiduciário declara:

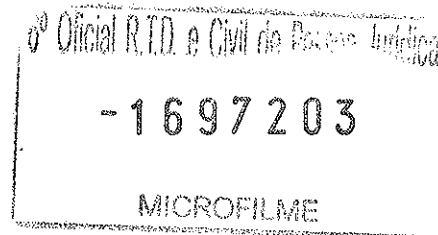
- (i) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (ii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (iii) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (iv) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;
- (v) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vi) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (vii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (viii) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.1.832 de 31 de outubro de 1990;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: TURBICO AEGEA RL]

[Handwritten number: 57]





(x) o representante legal que assina a presente Escritura tem poderes para assumir as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposto em seu Estatuto Social; e

(xi) que verificará, de acordo com os prazos previstos na presente Escritura e demais documentos da operação, a regularidade da constituição das garantias prestadas aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade, após atendidos os requisitos legais para constituição das referidas garantias.

7.1.2 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.1.3 Adicionalmente, o Agente Fiduciário faz constar que, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, identificou que presta serviços de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantias adicionais real e fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da AEGEA Saneamento e Participações S.A. ("AEGEA"), com vencimento em 25 de outubro de 2013, em que foram emitidas 300 (trezentas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da AEGEA são garantidas por garantia fidejussória da Equipav e Engepav Engenharia e Comércio Ltda., por penhor de ações equivalentes a 47,37% (quarenta e sete inteiros e trinta e sete centésimos) do capital social da AEGEA, detidas pela Equipav e por cessão fiduciária de 50% (cinquenta por cento) dos recebíveis do fluxo de dividendos a serem distribuídos pela Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Águas Guariroba S.A. e Engepav Engenharia e Comércio Ltda. à AEGEA, conforme previsão na escritura de emissão.

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.2.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.





7.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") e eventuais normas posteriores.

7.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

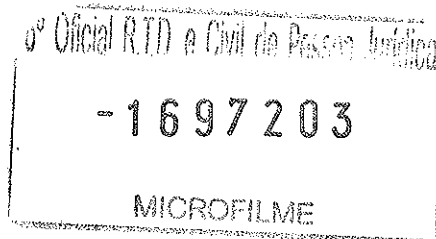
7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

| Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para inscrição desta Escritura. Neste caso, o oficial do registro





notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

(vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;

(viii) verificar a regularidade da constituição da garantia real prestada aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade, após atendidos os requisitos legais para constituição da garantia real e fidejussória;

(ix) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada pela escritura de emissão, manifestando a sua expressa e justificada concordância;

(x) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

(xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas, juntas de conciliação e julgamento e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;

(xii) solicitar de forma justificada e por escrito, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

(xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 8 abaixo;

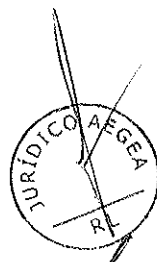
(xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora deverá enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, inclusive organograma do grupo societário da Emissora, contendo controladores e integrantes de bloco de controle, controladas, sociedades sob controle comum e coligadas, no encerramento de cada exercício social, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Companhia até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório.

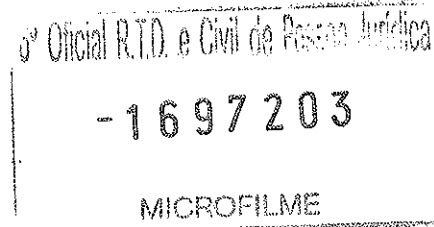
(a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(b) alterações estatutárias ocorridas no período;

(c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os





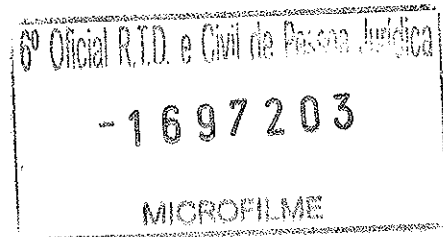


indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) amortização do Valor Nominal e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições, vendas, resgate, conversão e repactuação de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
- (g) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (h) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (i) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (j) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures;
- (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (1) denominação da companhia ofertante;
 - (2) valor da emissão;
 - (3) quantidade de debêntures emitidas;
 - (4) espécie;
 - (5) prazo de vencimento das debêntures;
 - (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores;
- e
- (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- (l) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xvi) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no escritório do Agente Fiduciário;

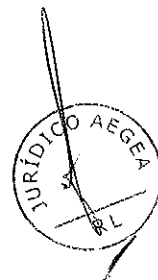




- (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) no escritório das Instituições Intermediárias na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- (xvii) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações às expensas desta, comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xvi) acima;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, o Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Agente Escriturador e a CETIP a atender a quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xix) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente de forma antecipada;
- (xx) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xxi) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da ciência pelo Agente Fiduciário de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xxii) verificar a manutenção da suficiência e exequibilidade da garantia prestada; e
- (xxiii) disponibilizar diariamente através de sua central de atendimento e/ou de seu *website* aos Debenturistas e demais participantes do mercado, o valor unitário das Debêntures calculado pelo Agente Fiduciário e validado mensalmente pela Emissora.

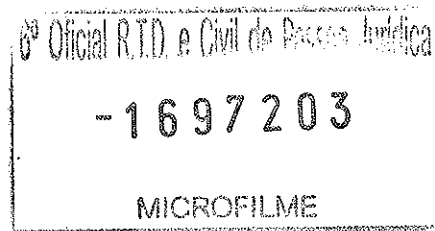
7.3.1 Adicionalmente, cabe ressaltar que o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos de administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que tenha sido, ou venha a ser, encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de tais documentos, os quais permanecerão sob a obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.3.2 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes



[Handwritten signature and initials]





de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação.

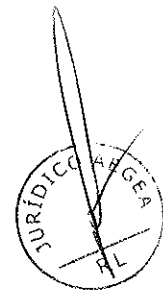
7.3.3 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observados os quoruns específicos estabelecidos na Cláusula 8 desta Escritura.

7.3.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

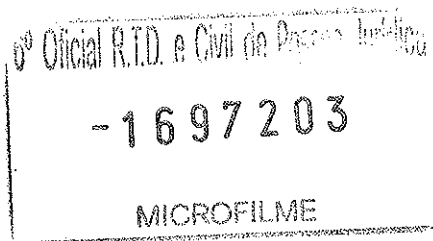
O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, uma vez não remediado no respectivo prazo de cura e observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- (ii) executar a garantia adicional, aplicando o produto no pagamento integral ou proporcional dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora, caso seja de interesse dos Debenturistas;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.4 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas







(conforme definida abaixo), esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.4 (v) acima.

§ Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, parcelas anuais no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo devida no 5º (quinto) dia útil após a assinatura da Escritura e as demais no mesmo dia nos anos subseqüentes.

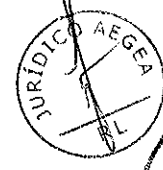
7.6.1 As parcelas referidas na Cláusula 7.6 supra serão reajustadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M ou, na sua falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.6.2 O pagamento da remuneração descrita acima deverá ser feito ao Agente Fiduciário, acrescido dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto sobre a Renda, incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;

7.6.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido, ficando os valores em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;

7.6.4 A remuneração será devida mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros;

7.6.5 A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas,



[Handwritten signatures and initials]



cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros.

7.6.6 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante emissão de carta de cobrança pelo Agente Fiduciário.

A Emissora, mediante, sempre que possível, prévia aprovação por escrito, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.7.1 O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.7 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

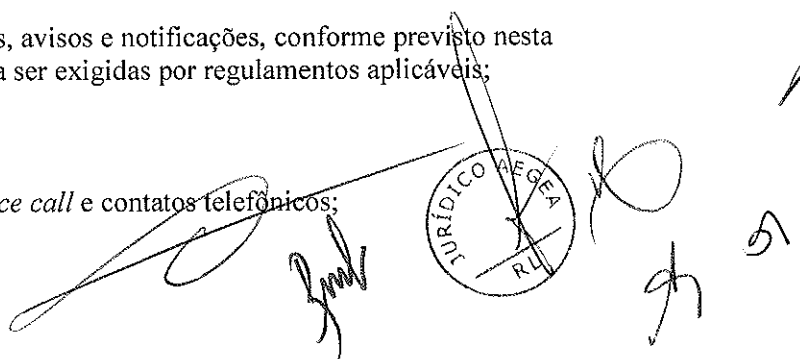
7.7.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

7.7.3 Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

7.7.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.7.5 As despesas a que se refere a Cláusula 7.7 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) extração de certidões;
- (iii) despesas com *conference call* e contatos telefônicos;





(iv) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, bem como com alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e

(v) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.7.6 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

7.7.7 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de sua função ou decorrente deste exercício, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas; tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas.

7.7.8 No caso de inadimplemento superior a 30 (trinta) dias pela Emissora em relação ao pagamento da remuneração e das despesas reembolsáveis ao Agente Fiduciário, esses valores deverão ser adiantados pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidos pela Emissora.

Cláusula 8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

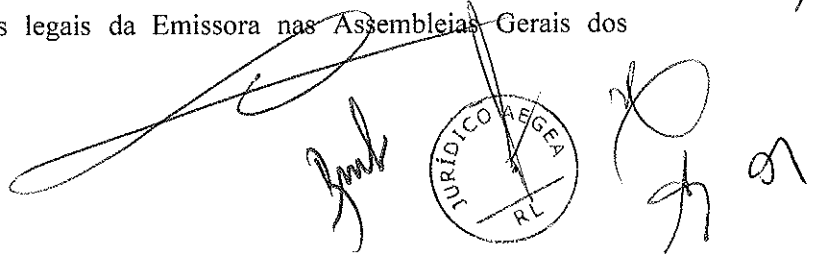
Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

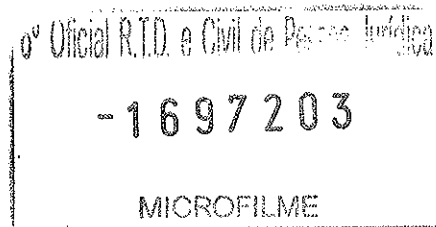
A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM.

A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.







O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por 78% (setenta e oito por cento) dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, alteração dos termos e condições da Fiança e das Garantias Reais, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de declaração de vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação ("Quorum Qualificado").

8.8.1 A alteração do Quorum Qualificado dependerá da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

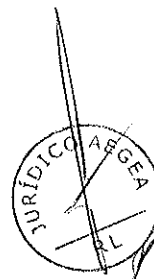
8.8.1.1 Para efeito da constituição de quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula 8ª, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau e respectivos cônjuges destes últimos.

8.8.1.2 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido em respectiva Assembleia.

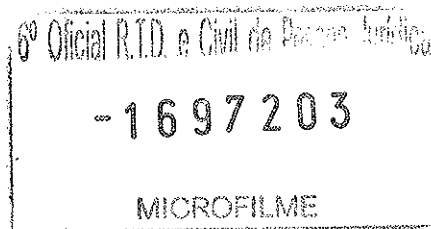
Cláusula 9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e contratuais necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente







Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(iv) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto, e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(v) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(vi) aceita integralmente esta Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

(vii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente; e

(viii) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

Cláusula 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

A Emissora declara e garante que:

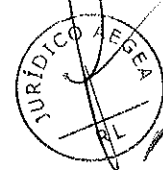
(i) é sociedade por ações de capital fechado devidamente constituída e organizada, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil e dos demais países em que a Emissora possui filiais ou escritórios de representação, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

(ii) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;

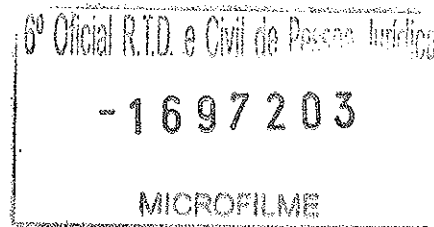
(iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;

(iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto, e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; e/ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;



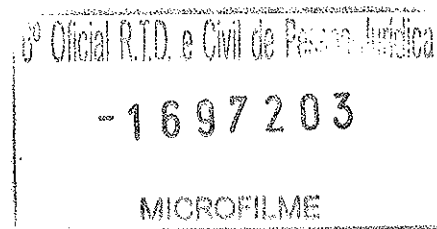




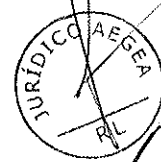
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, inclusive ambientais, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na Junta Comercial do Mato Grosso do Sul e o registro das debêntures na CETIP;
- (vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (x) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (xi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (xii) a Emissora tem todas as autorizações, inclusive ambientais exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, inclusive declara e garante que solicitará e manterá válidas todas e quaisquer autorizações de que trata esse item (xii), as quais venham a ser futuramente necessárias e exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para exercício de suas atividades;
- (xiii) as demonstrações financeiras da Emissora, data-base de 31 de dezembro de 2011, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (xiv) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 acima; e
- (xv) responsabiliza-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidas com a Emissão.

|A Interveniente Garantidora declara e garante que:



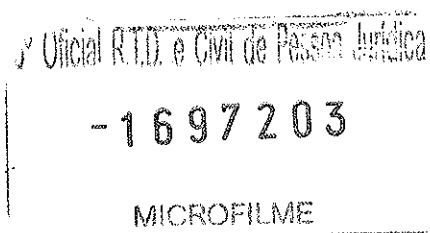


- (i) exceto pelo disposto nas Cláusulas 1.3e 1.4 acima, está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, e está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (iii) exceto pelas limitações decorrentes do disposto na Cláusula 1.3 acima, a Fiança ora prestada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Interviente Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (iv) a celebração desta Escritura e a prestação da Fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Interviente Garantidora seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Interviente Garantidora ou de qualquer de seus controladores, exceto por aqueles já existentes na presente data e/ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Interviente Garantidora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da presente Escritura nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo, no Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, e o registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação das Debêntures, e exceto pelos registros mencionados nas Cláusulas 1.3e 1.4 acima;
- (vi) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Interviente Garantidora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;
- (vii) não omitir, ou omitirá, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Interviente Garantidora em prejuízo dos Debenturistas;
- (viii) as obrigações assumidas nos termos desta Escritura não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, inclusive, porém não limitados, aos seguintes: (i) qualquer extensão de prazo ou acordo entre os Debenturistas e a Interviente Garantidora; (ii) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos titulares das



[Handwritten signatures and initials]





Debêntures contra a Emissora; ou (iii) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive sua falência, pedido de recuperação extrajudicial ou judicial;

(ix) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da Fiança;

(x) as informações e declarações contidas nesta Escritura em relação à Interveniente Garantidora e à Emissão, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes; e

(xi) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura.

Cláusula 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora e Interveniente Garantidora:

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 1744, 8º andar, Jardim Paulistano

01451-910, São Paulo, SP, Brasil

At.: Flávio Martins Tarchi Crivellari e Aida Chammas da Rocha

Telefone: (11) 3818-8150

Fax: (11) 3818-8156

Email: flavio.crivellari@aegea.com.br e aida.chammas@aegea.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 4, sala 514

22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srtª. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, Torre Eudoro Vilela, 10º andar

CEP 04309-010

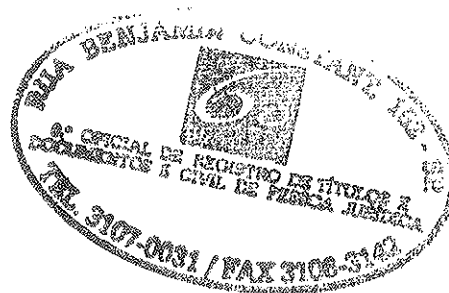
São Paulo, SP

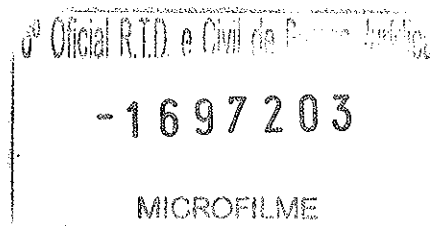
At.: Claudia Germano Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1394

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br





(iv) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS
Av. República do Chile, nº 230, 11º andar
20031-170, Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
01452-001, São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

11.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

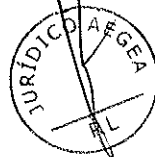
11.1.2 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as Partes pela Emissora.

Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados nacionais, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ou Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as







Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

|Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

|Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

|Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

| Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e da Fiança, bem como de eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

Cláusula 12. FORO

|Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 17 de dezembro de 2012.

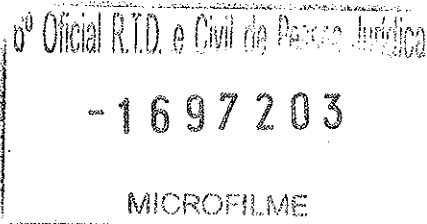
[RESTANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO. SEGUEM PÁGINAS DE ASSINATURA]

U.S. DA PROSECUTOR





- 46 -



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a se convolada em Garantia Real com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Aguas Guararoba S.A.)

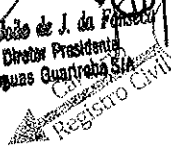
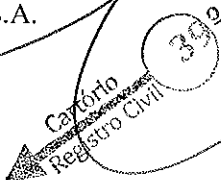


AGUAS GUARAROBA S.A.

Por: **Oswaldo Cruz**
Cargo: **Diretor Executivo**
Aguas Guararoba S.A.



Por: **João João de J. da Fonseca**
Cargo: **Diretor Presidente**
Aguas Guararoba S.A.



AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Por: **Hamilton Amadeo**
RG: 32.542.228-X
CPF: 039.375.108-03

Por: **Radamés Casseb**
RG 483611
CPF 469.079.982-20

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por: **Silvia Santos de Amorim**
Cargo: **Procurador**



TESTEMUNHAS:

1. **Aida Chammas Rocha**
Nome: **Aida Chammas Rocha**
RG: **RG: 14.070.479-6 SSP**
CPF: **064.162.548-08**

2. **Ana Paula Fernandes Achcar**
Nome: **Ana Paula Fernandes Achcar**
RG: **RG 16.946.518**



Ana Paula Fernandes Achcar
CPF 093.338.568-46
RG 16.946.518

39º Cartório
Registral Civil do Vilamadalena
Av. Brig. Faria Lima, 1675 - CEP: 01452-001 - Fone: (11) 3511-7100
Andréa Ruzante Gagliardi - OFICIAL TITULAR

Reconheço por semelhança a firma de:
HAMILTON AMADEO, RADAMES ANDRADE CASSEB, AIDA CHAMMAS DA ROCHA, ANA PAULA FERNANDES ACHCAR.

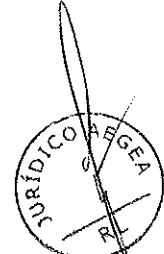
em documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 18 de Dezembro de 2012. Em Teste

ALEX SILVA CARDOSO - ESCRIVENTE
R\$ 24,00-Valido somente com selo de Autenticidade.

39º SUBD. VILA MADALENA
Andréa Maria dos Reis
Escrivente Autorizada

Colégio Notarial do Brasil
Estadual do Estado de São Paulo
FIRMA
VALOR ECONÔMICO
1072AA342889

Colégio Notarial do Brasil
Estadual do Estado de São Paulo
FIRMA
VALOR ECONÔMICO
1072AA342881





Emol.
Estado
Ipesp
R. Civil
T. Justiça

6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.314/0001-70
Rua Benjamin Constant, 152 - Centro - CEP. 01005-000 - São Paulo/SP
R\$ 7.453,13 Protocolado e prenotado sob o n. **1.697.203** em
R\$ 2.118,26 **20/12/2012** e registrado, hoje, em microfilme
R\$ 1.569,08 sob o n. **1.697.203**, em títulos e documentos.
São Paulo, 20 de dezembro de 2012
R\$ 392,27
R\$ 392,27

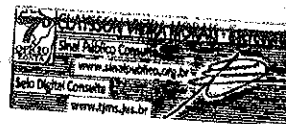
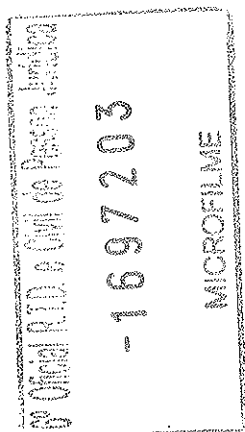
Total R\$ 11.925,01

Selos e taxas
Recolhidos
p/verba

Radislau Lamotta - Oficial
Valmir Inacio dos Santos - Escrevente Autorizado

OFÍCIO 7º TABELIONATO DE NOTAS DE CAMPO GRANDE - MS
FABIO ZONTA PEREIRA - Tabelião
Rua Rui Barbosa, nº 2707 - Centro - Fone: (67) 3381-2707

RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) POR SEMELHANÇA DE: *****
JOSE JOAO DE JESUS DA FONSECA (SELO: AEB95246 - B22) USUALDO CRUZ
(SELO: AEB95246 - 531) *****
ESCREVENTE: GLAYSON VIEIRA NORAIS.
CAMPO GRANDE - MS, 18/12/2012 - E-TELETE: WWW.TJMS.JUS.BR.
EMOL: R\$10,00 + FUNJEC 107: R\$1,00 - TSCM: R\$0,50 - R\$11,50.
"VÁLIDO SOMENTE COM SELO DIGITAL. QUALQUER EMENDA OU FALSIFICAÇÃO SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE".



TABELIÃO de NOTAS
CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS
Bel. Honório SANTI - TABELIÃO - Tel. (11) 3650-6277 - Fax (11) 3294-0302

Reconheço por semelhança a firma: **SILAS SANTOS DE ANDRIM**,
a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 18 de Dezembro de 2012.
Em testemunho da verdade.
Cleber Gonçalves - Escrevente Autorizado
1212191110555 (Firma: R\$ 6,00) Total: R\$ 6,00

1042AA756723

6º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
RUA BENJAMIN CONSTANT, 152 - CENTRO - CEP. 01005-000 - SÃO PAULO/SP
TEL. 3307-0201 / FAX 3108-3143



ANEXO I

MODELO DE ADITAMENTO À ESCRITURA

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA EM GARANTIA REAL COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ÁGUAS GUARIROBA S.A.

Pelo presente instrumento particular,

ÁGUAS GUARIROBA S.A., sociedade anônima fechada, constituída sob as leis brasileiras, com sede na Rua Antônio Maria Coelho, 5401, Santa Fé, na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.089.570/0001-50, neste ato devidamente representada por seus representantes legais ("Emissora"); e

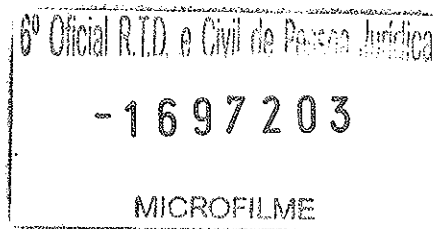
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade constituída sob as leis brasileiras, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário").

E, ainda, na qualidade de interveniente garantidora,

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade, sem registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, constituída sob as leis brasileiras, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1744, 8º andar, sala 1, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.827.501/0001-58, neste ato devidamente representada por seus representantes legais ("Interveniente Garantidora").

Celebram o Primeiro Aditamento ("Aditamento") ao "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser convolada em Garantia Real com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas Guariroba S.A." ("Escritura", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos e condições abaixo.





1. RETIFICAÇÕES

1.1. O presente Aditamento tem como único objetivo convolar as Debêntures de Espécie Quirografária em Debêntures com Garantia Real, com garantias adicionais real e fidejussória, e atender às solicitações da CETIP S.A. – Mercados Organizados, em razão da perfeita constituição das Garantias Reais, nos termos das cláusulas 4.10.1. e 4.10.2. da Escritura.

1.2. Em razão da alteração descrita no item 1.1. acima, e considerando a ocorrência em [---] da perfeita formalização da Fiança, a Escritura deverá ser alterada de forma a considerar a constituição das Garantias Reais, da Garantia Fidejussória e a alteração da espécie das Debêntures, onde aplicável.

2. AUTORIZAÇÃO

2.1. O presente Aditamento ao "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser convolada em Garantia Real com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas Guariroba S.A." tem como base a aprovação concedida na Cláusula 3.10.1 da Escritura.

2.2. Todas as aprovações para constituição da garantias real e fidejussória foram deliberadas em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em [---] de 2012; Ata de Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em [---] de 2012; Assembleia Geral Extraordinária da Interviente Garantidora realizada em [---] de 2012; e Ata de Reunião do Conselho de Administração da Interviente Garantidora, realizada em [---] de 2012, bem como houve a deliberação das condições da Emissão nestas deliberações, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

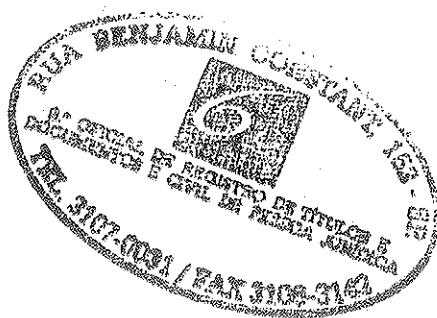
3. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO

3.1. O Aditamento será inscrito na Junta Comercial do Mato Grosso do Sul ("JUCEMS") de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

3.2. Em virtude da Fiança prestada pela Interviente Garantidora, o presente Aditamento será registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ("Cartórios") das Cidades de (i) São Paulo, no Estado de São Paulo; (ii) Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e (iii) Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, em até 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura, de forma a regularizar a Escritura que encontra-se registrada nestes Cartórios. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original deste Aditamento.

3.3. A CETIP S.A. deverá ser comunicada sobre a celebração do presente Aditamento em 5 (cinco) dias após a assinatura do Aditamento.

This block contains several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures is a circular stamp. The stamp has the text "JURÍDICO REGA" around the top inner edge and "RL" at the bottom. There are also some handwritten marks, including a large "1" and a signature that looks like "XO".





- 49 -



4. RATIFICAÇÕES

4.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura e não expressamente alteradas por este Aditamento.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Aditamento, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

17 DEZ 2012

São Paulo, [---] de [---] de 2012.

ÁGUAS GUARIROBA S.A.
Por: **Oswaldo Cruz**
Cargo: **Agua Guariroba S.A.**

João de J. da Fonseca
Diretor Presidente
Agua Guariroba S.A.

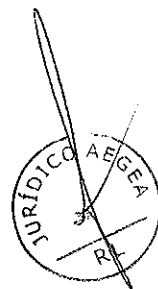
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Por: **Silas Santos de Amorim**
Cargo: **Administrador**

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.
Por: **Adames Casseb**
Cargo: **Hamilton Amadeo**
RG: 32.542.228-X
CPF: 039.375.108-03

TESTEMUNHAS

1. **Aida Charnmas Rocha**
Nome: **Aida Charnmas Rocha**
RG nº: **RG: 14.070.479-6 SSP**
CPF: **064.162.548-08**

2. **Ana Paula Fernandes Achcar**
Nome: **Ana Paula Fernandes Achcar**
RG nº: **RG 16.946.518**
CPF: **093.338.568-46**



Cartório N.º 12, e Civil do Poder Judiciário
-1697203
MICROFILME

7º OFÍCIO ZONTA 7º TABELIONATO DE NOTAS DE CAMPO GRANDE - MS
FABIO ZONTA PEREIRA - Tabelião
Rua Rui Barbosa, nº 2797 - Centro - Fone: (67) 338-0707

RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) POR SEMELHANÇA DE:*****
JOSE JOAO DE JESUS DA FONSECA (SELO: AEB95259 - 159) OSWALDO CROZ
(SELO: AEB95260 - 129)*****
ESCREVENTE: CLAYSON VIEIRA MORAIS
CAMPO GRANDE - MS, 18/12/2012. CONSULTE: www.tjms.jus.br.
EMOL: R\$10,00 + FUNJEC 10% R\$1,00 = R\$11,00 - R\$11,50.

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DIGITAL. QUALQUER EMENDA OU ASSINATURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

ANTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

7º TABELIONATO DE NOTAS
Selo Digital Cartório
Reconheço por semelhança a firma: SILAS SANTOS DE ARAÚJO
a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 18 de Dezembro de 2012
Em testemunho da verdade.
Cleber Gonçalves - Escrevente Autorizado
1212181111045 (Firma: R\$ 4,00) Total: R\$ 4,00

CARTÓRIO
Firma 1
1042AB229383

39º Cartório Av. Brig. Faria Lima, 3075 - CEP: 01452-601 - Fone: (11) 3816-7700
Registral Civil de São Paulo
Andréa Ruscante Gagliardi - OFICIAL TITULAR

Reconheço por semelhança a firma de e:
HAMILTON AMADEO, RADAMES ANDRADE CASSEB, AIDA CHAMMAS...
DA ROCHA, ANA PAULA FERNANDES ACHCAR.....
em documento sem valor econômico, dou fé.
São Paulo, 18 de Dezembro de 2012. Em Teste da verd

ALEX SILVA CARDOSO - ESCRIVENTE
R\$ 16,00-Valido somente com selo de Autenticidade

39º SUBD. VILA MADALENA
Andréa Maria dos Reis
Escrevente Autorizada

Colégio Notarial do Brasil
FIRMA 1
1072AA673725
FIRMA 1
1072AA673724

Colégio Notarial do Brasil
FIRMA 1
1072AA673706
FIRMA 1
1072AA673705